

O Vereador **RICARDO TEIXEIRA**, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município de Araucária/PR e o Regimento Interno desta Casa de leis apresenta a seguinte proposição:

**PROJETO DE LEI Nº 200, DE 2023**

**“Institui no âmbito do Município de Araucária o Programa Banco de Ração para Animais de rua e dá outras providências.”**

**Art. 1º.** Fica instituído o Programa Banco de Ração do Município de Araucária, com o objetivo de captar doações de rações e promover sua distribuição diretamente ou por meio de entidades previamente cadastradas, organizações não governamentais (ONGs) e protetores independentes cadastrados junto à SMMA - Rede de Proteção Animal, bem como às pessoas e/ou famílias em condição de vulnerabilidade social e que possuem animais, de acordo com a avaliação técnica da equipe da Rede de Proteção Animal quanto à necessidade de recebimento de ração, contribuindo diretamente para a promoção da saúde animal.

**Art. 2º.** Caberá ao Município de Araucária, através de seu órgão ou entidades competentes, organizar e estruturar o Banco de Ração, fornecendo o apoio administrativo, técnico e operacional, determinando os critérios de recebimento, de distribuição, da fiscalização a ser exercida, bem como o cadastramento e o acompanhamento das entidades e/ou famílias beneficiárias.

**Art. 3º.** Fica proibida a comercialização dos alimentos recebidos e doados pelo Banco de Ração.

**Art. 4º.** São finalidades do Banco de Ração do Município de Araucária:

**I** – proceder o recebimento e armazenamento de produtos e gêneros alimentícios para animais de companhia, perecíveis ou não, desde que em condições de consumo e com prazos de validade adequados, provenientes de:

- a) doações de estabelecimentos comerciais e industriais ligados à produção e comercialização, no atacado ou no varejo, de produtos e gêneros alimentícios destinados aos animais;
- b) doações de órgãos públicos ou de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado;
- c) doações obtidas por projetos de patrocínio, e
- d) fazer campanhas mensais para a arrecadação dos produtos e gêneros alimentícios;

**II** – efetuar a distribuição dos produtos arrecadados, de maneira institucional e organizada, para:

- a) organizações não governamentais (ONGs) e protetores independentes cadastrados junto à SMMA – Rede de Proteção Animal; para assim fazer a distribuição para os animais que estão na rua;
- b) pessoas portadoras de transtorno de acumulação de animais, de acordo com a avaliação técnica da equipe da Rede de Proteção Animal quanto à necessidade de recebimento de ração;

d) famílias em condição de vulnerabilidade social e que possuem animais, de acordo com a avaliação técnica da equipe da Rede de Proteção Animal quanto à necessidade de recebimento de ração.

**Parágrafo único.** Excetuados os custos indiretos decorrentes da estrutura funcional, incluídos o transporte e demais atividades decorrentes das finalidades descritas neste artigo, a arrecadação e distribuição dos produtos e gêneros alimentícios far-se-á sem ônus para a municipalidade.

**Art. 5º.** Das equipes de recebimento e distribuição, bem como das de plantão destinadas às finalidades desta lei, participará sempre que possível, pelo menos um profissional legalmente habilitado a aferir e atestar que os produtos e gêneros alimentícios se encontram em condições apropriadas para o consumo.

**Art. 6º.** Para a execução desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios ou parcerias com outras instituições públicas e/ou privadas.

**Art. 7º.** O Poder Executivo regulamentará o programa no prazo de 90 dias, dando-lhe eficácia e aplicabilidade, em especial em relação ao estabelecimento dos mecanismos operacionais e à organização dos órgãos ou entidades responsáveis pela sua coordenação.

**Art. 8º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Araucária, 23 de junho de 2023

**RICARDO TEIXEIRA**

**Vereador**

## JUSTIFICATIVA

O abandono de animais nas ruas, é um assunto complexo e que vem aumentando nos dias atuais, a solução para este problema depende de muitos fatores, como por exemplo a conscientização dos tutores de animais quanto à guarda responsável.

Nesse sentido, muitos animais abandonados nas vias públicas da cidade de Araucária acabam resgatados por protetores independentes e organizações não governamentais que arcam com a manutenção desses animais até a sua adoção definitiva.

São os conhecidos abrigos ou lares temporários que proporcionam tratamento quando necessário, esterilização, atualmente através do Programa Municipal de Castração Gratuita, alimentação e participação nos eventos de adoção.

Dentre os pilares da política pública de proteção animal trabalhada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) estão o combate ao abandono e o incentivo à adoção responsável.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente SMMA, conta com protetores cadastrados e possui contato com essas pessoas que se dispõe a ajudar na causa animal, para o município de Araucária, essas entidades, bem como os protetores independentes, realizam relevante serviço social e ambiental e assim devem obter todo o apoio da municipalidade, para isso apresento o presente Projeto de Lei que dispõe sobre a criação do **Programa Banco de Ração para Animais de rua**.

Nesse sentido, o estabelecimento formal da possibilidade de recebimento e repasse de rações pela Prefeitura facilitará a disponibilização de alimento para animais que enfrentam fome e miséria, contribuindo para a manutenção e destinação adequadas



de maior número de animais pelos segmentos envolvidos na proteção animal, fomentando cada vez mais a adoção responsável.

Diante do exposto, peço o apoio dos nobres Parlamentares desta Casa para a **APROVAÇÃO** deste projeto de lei.

Câmara Municipal de Araucária, 23 de junho de 2023

**RICARDO TEIXEIRA**

**Vereador**